

GOVERNOS, POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E EFEITO DE SENTIDOS¹

Vinicius Fonseca-Nunes*

(Uesb)

vinicius.fnunes@gmail.com

Edvania Gomes da Silva**

(Uesb)

edvania_g@yahoo.com.br

Maria da Conceição Fonseca-Silva***

(Uesb)

con.fonseca@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar como a política externa brasileira vem sendo tratada pelos dois últimos dirigentes. A nossa hipótese centra-se na idéia de que o governo Lula, diferente do que pôde ser verificado no governo FHC, está disposto a assumir seu papel de hegemonia, não só regionalmente, mas também em foros maiores onde o país assume uma postura de liderança frente aos países em desenvolvimento. No entanto, há continuidades entre a política externa dos anos de Fernando Henrique Cardoso e do governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

PALAVRAS-CHAVE: Política externa.Governo FHC.Governo Lula.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado do subprojeto de pesquisa, ligado ao projeto temático “*A materialização da Polêmica discursiva entre PT e PSDB*”. A política externa brasileira teve importante mudança nos períodos que compreendem o período dos dois mandatos de FHC e o período do primeiro mandato e metade

neoliberal da globalização, com o argumento de que o país deveria se inserir no novo cenário internacional numa perspectiva de ampla abertura aos fluxos comerciais e financeiros. Mas, no momento da instabilidade financeira internacional, do colapso da Argentina e dos atentados de 11 de setembro de 2001, uma inflexão foi esboçada por FHC, ao longo do seu segundo mandato, formulando, de forma tímida, uma postura mais crítica em relação à globalização e a Alca, bem como uma iniciativa de integração sul-americana. O governo Lula, entretanto, deu nova dimensão à diplomacia brasileira, reforçando a atuação internacional do país, especialmente em relação à América do Sul, aos organismos internacionais e às potências emergentes do Sul, diferenciado-se, pois, do governo FHC.

Argentina e dos atentados de 11 de setembro de 2001, uma inflexão foi esboçada por FHC, ao longo do seu segundo mandato, formulando, de forma tímida, uma postura mais crítica em relação à globalização e a Alca, bem como uma iniciativa de integração sul-americana. O governo Lula, entretanto, deu nova dimensão à diplomacia brasileira, reforçando a atuação internacional do país, especialmente em relação à América do Sul, aos organismos internacionais e às potências emergentes do Sul, diferenciado-se, pois, do governo FHC.

A política externa costuma ser planejada de modo a procurar proteger os interesses nacionais de um país, em especial sua segurança nacional, sua prosperidade econômica e seus valores histórico-culturais.

A consecução de tais objetivos pode ser obtida por meios pacíficos (cooperação internacional) ou violentos (agressão, guerra, exploração). Sem embargo, vale ressaltar que o direito internacional, por intermédio da Carta das Nações Unidas, proíbe a agressão armada exceto em caso de legítima defesa (artigo 2, parágrafos 3 e 4).

Pode ser considerado como política externa o conjunto de medidas que almejam a manutenção do equilíbrio do Balanço de pagamentos, protegendo

proferidos por FHC correspondem aos anos de 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002. Os textos proferidos por Lula correspondem aos anos de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008 e os meses de janeiro e fevereiro de 2009. Além disso, é constituído de textos sobre os dois governos, veiculados na mídia. O critério de seleção e catalogação dos textos obedeceu alguns critérios, tais como: período de produção e de circulação, local de circulação. Após catalogação, iniciamos a leitura dos textos para selecionar aqueles que tratavam da questão da política internacional. Por fim, realizamos análise indiciária dos textos selecionados e catalogados pela temática da política internacional. Os resultados da análise são apresentados no item a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados indicaram que:

Os objetivos para a política externa são definidos em função dos interesses nacionais e das conjunturas internacionais; são elaborados visando atender aos interesses de aliados (para que haja um equilíbrio de vontades nas políticas diplomáticas) ou satisfazer os requisitos concernentes ao projeto governamental determinado.

Os interesses nacionais e as conseqüentes metas dos governantes para as relações exteriores variam de acordo com os seus objetivos, tais como:

1. a segurança internacional (integridade territorial);
2. questões econômicas (maximização de acordos econômicos com países e/ou blocos regionais);
3. manutenção ou modificação do *status quo* das relações de poder.

No caso do Brasil, os governantes seguem certos parâmetros tradicionais ao elegerem os objetivos do país para a política externa.

Os propósitos específicos de cada governo, entretanto, são determinados pelos contextos internacional e nacional, pelas reais

No discurso do governo Lula, a política externa ou internacional é marcada:

- *pela assertiva enfática em torno da chamada defesa da soberania nacional e dos interesses nacionais;*
- *pela busca de alianças privilegiadas no Sul, com ênfase nos processos de integração da América do Sul e do Mercosul;*
- *pela busca de acesso aos mercados dos países desenvolvidos, com a manutenção dos mecanismos que favorecem países em desenvolvimento;*
- pelo projeto de “intervenção” do Brasil no mundo;
- pela oposição ao unilateralismo ou unipolaridade; da defesa do multilateralismo e de um maior equilíbrio nas relações internacionais, ou seja, soberania e a igualdade de todos os países;
- pela busca de maior cooperação e integração com países similares (potências médias e economias emergentes) e vizinhos regionais; e) da busca de uma cadeira permanente na ONU; da formação do G8.

CONCLUSÃO

Os resultados das análises permitiram concluir que há dois posicionamentos, marcados por discursos diferentes em relação à política internacional, no que tange ao Governo FHC e ao Governo Lula:

- no discurso do primeiro, a diplomacia presidencial é explícita; as prioridades são econômicas; o mundo é aceito como ele é e o diálogo com conformismo ou aceitação do mundo com o G-8 não é problema;
- no discurso do segundo, a diplomacia presidencial é implícita, as prioridades são políticas; o mundo deve ser mudado e o diálogo com o G-8 não é problema, ou seja, o Brasil deve ocupar espaço no grupo.
- No discurso do governo FHC, a globalização tem face humana e no discurso do governo Lula, a globalização tem efeitos perversos que precisam ser reduzidos.
- O governo FHC foi construído em torno de um argumento marcado pelo discurso da adesão subordinada à globalização neoliberal.
- O governo Lula está sendo construído em torno de um argumento marcado pelo discurso da crítica à “globalização assimétrica”.

DANESE, S. **Dez pontos para uma política externa de consenso. Carta Internacional.** São Paulo, ano X, no. 115, 2002.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso.** Aula inaugural no *Collège de France*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GUILHAUMOU, J; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da História. In: ORLANDI, E. P. (org). **Gestos de leitura:** da História no Discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p. 163- 187.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (org). **Gestos de Leitura:** da História no Discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, 55 - 66.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Campinas, SP: Pontes, 1990.